



CONCURSO PÚBLICO

006. PROVA OBJETIVA

ANALISTA JURÍDICO

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 100 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição deste caderno.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 5 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 4 horas do início da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova e assine o termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia a postagem de rede social para responder às questões 01 e 02:



01. A postagem traz um posicionamento contrário

- (A) aos lucros individuais.
- (B) ao letramento do povo.
- (C) à distribuição de riqueza.
- (D) às apostas em bets.
- (E) ao avanço tecnológico.

02. A relação de sentido entre as duas cenas apresentadas na postagem está corretamente expressa por:

- (A) À medida que diminuiu o número de analfabetos no Brasil, aumentou o número de alfabetos.
- (B) Porquanto tenha diminuído o número de analfabetos no Brasil, aumentou o número de alfabetos.
- (C) Embora tenha diminuído o número de analfabetos no Brasil, aumentou o número de alfabetos.
- (D) O número de analfabetos no Brasil diminuiu, portanto aumentou o número de alfabetos.
- (E) O número de analfabetos no Brasil diminuiu, para que aumentasse o número de alfabetos.

Leia o texto para responder às questões de 03 a 11:

Medidas contra as bets são muito tímidas

O governo endureceu as regras para a publicidade das apostas esportivas. Todas as propagandas de bets deverão agora exibir advertências informando que apostar pode causar dependência, faz perder dinheiro e não é investimento. Também ficam proibidas peças publicitárias que associem as apostas a sucesso financeiro, fonte de renda ou enriquecimento fácil. As medidas representam um avanço e mostram que o Estado reconhece, de forma clara, os riscos de uma atividade que nem deveria ter sido legalizada. Nesse sentido, as medidas do governo são muito tímidas.

Nos últimos anos, o mercado de apostas online cresceu sem freios. Enquanto a regulamentação patinava, empresas se instalaram no País e multiplicaram patrocínios a clubes, campeonatos e programas esportivos. Também transformaram influenciadores, atletas e celebridades em vitrines permanentes de um negócio apresentado como entretenimento inofensivo. O tsunami veio com a Copa do Mundo. Hoje, as pesquisas mostram o aumento do endividamento das famílias, o crescimento dos casos de ludopatia, a pressão sobre o Sistema Único de Saúde (SUS) e até o adiamento do ingresso de jovens no ensino superior.

Trata-se de impor à publicidade das bets limites proporcionais aos danos que elas provocam. Foi essa lógica que orientou, ao longo das últimas décadas, a restrição à propaganda de cigarros. Ninguém proibiu o consumo. O que se reconheceu foi que produtos capazes de causar prejuízos dessa dimensão à saúde pública não poderiam continuar sendo promovidos como símbolos de sucesso, diversão ou qualidade de vida.

No segundo semestre, o Supremo Tribunal Federal (STF) deverá retomar o julgamento das ações que questionam a constitucionalidade da Lei das Bets. Entre os temas em debate estão a proteção de grupos vulneráveis, como beneficiários de programas sociais, e os limites de uma atividade que, segundo a Procuradoria-Geral da República, possui caráter predatório e compromete direitos fundamentais. O presidente do STF já associou o avanço das apostas ao crime organizado e classificou o tema como um grave problema social e de segurança pública. Suas declarações indicam que o tribunal dificilmente será permissivo.

O julgamento, porém, ainda está distante, e seu resultado é incerto. Até lá, governo e Congresso não têm desculpa para continuar adiando restrições muito mais severas à publicidade das bets. Não basta alertar sobre os riscos de uma atividade reconhecidamente nociva enquanto sua publicidade continua ocupando estádios, transmissões esportivas, redes sociais e a rotina dos brasileiros quase sem limitações. O aviso institucional é bem-vindo, mas a tolerância já passou da hora de acabar.

(Editorial. <https://www.estadao.com.br/opiniao>, 15.07.2026. Adaptado)

03. Na análise que apresenta em relação às bets, o editorial enfatiza que

- (A) o movimento com vistas a coibi-las é mais rigoroso do que aquele que pretendeu acabar com a circulação do cigarro no país, o que sugere que tanto o governo quanto o Supremo Tribunal Federal deverão empenhar-se para que as apostas online sejam erradicadas.
- (B) a liberdade de se utilizar as plataformas de apostas, conhecidas como bets, deve ser assegurada a todo cidadão, do mesmo modo que, ao longo das últimas décadas, ninguém proibiu o cigarro, deixando que a opção por consumi-lo fosse uma deliberação pessoal.
- (C) o governo e o Congresso devem apresentar restrições mais severas à publicidade das bets, considerando-se que não há consenso de que sejam vistas como inconstitucionais, já que o Supremo Tribunal Federal entende que elas não são um grave problema social.
- (D) a legalização das bets é uma afronta à vida social, haja vista a amplitude de problemas causados aos cidadãos, e, nesse contexto, as autoridades devem tratá-las com austeridade, até que se julguem as ações que questionam a constitucionalidade da Lei das Bets.
- (E) a constitucionalidade das bets deverá ser analisada em breve e, apesar de serem indevidamente atacadas por atingirem grupos vulneráveis, tanto o governo quanto o Congresso deveriam ser indulgentes com elas, evitando uma convulsão social com a sua proibição.

04. De forma inequívoca, o editorial explica que as bets

- (A) financiam o crime organizado no país.
- (B) são problema de saúde pública.
- (C) garantem entretenimento inofensivo.
- (D) estão acima do ordenamento legal.
- (E) sofrem com o preconceito das pessoas.

05. No último parágrafo, o editorial chama a atenção para o fato de que existe

- (A) uma constatação relativa à presença das bets no cotidiano dos cidadãos, o que, na visão do jornal, se trata de algo bem-vindo.
- (B) um papel fundamental das bets na vida social e financeira dos cidadãos, ainda que elas representem eventuais problemas.
- (C) um paradoxo difícil de ser contornado, pois, apesar da inconstitucionalidade das bets, elas estão naturalmente na vida de todos.
- (D) uma comparação entre o julgamento da lei e o julgamento das pessoas, mostrando que ambos estão sendo bastante severos.
- (E) uma contradição entre os alertas sobre os perigos que as bets representam e a publicidade delas no cotidiano dos cidadãos.

06. Assinale a alternativa em que o termo destacado está empregado em sentido próprio.

- (A) O governo endureceu as **regras** para a publicidade das apostas esportivas. (1º parágrafo)
- (B) Nesse sentido, as medidas do governo são muito **tímidas**. (1º parágrafo)
- (C) Nos últimos anos, o mercado de apostas online cresceu sem **freios**. (2º parágrafo)
- (D) Enquanto a regulamentação **patinava**, empresas se instalaram no País... (2º parágrafo)
- (E) O **tsunami** veio com a Copa do Mundo. (2º parágrafo)

07. No texto, diz-se que a atividade das bets “possui caráter **predatório**” e que “o tribunal dificilmente será **permissivo**.” No contexto em que estão empregados, os termos “predatório” e “permissivo” devem ser associados, correta e respectivamente, aos sentidos de:

- (A) imoral; intolerante.
- (B) constrangedor; frágil.
- (C) fraudulento; aquiescente.
- (D) regulatório; consentível.
- (E) criminoso; impugnável.

08. Assinale a alternativa que atende à norma-padrão de colocação pronominal e de concordância.

- (A) Agora dever-se-á exibir advertências em todas as propagandas de bets. Também fica proibida peça publicitária que associe as apostas à vitória financeira.
- (B) Agora dever-se-ão exibir advertências em todas as propagandas de bets. Também fica proibida peça publicitária que associe as apostas à vitória financeira.
- (C) Agora se deverá exibir advertências em todas as propagandas de bets. Também fica proibido a peça publicitária que associe as apostas à vitória financeira.
- (D) Agora deverão-se exibir advertências em todas as propagandas de bets. Também fica proibido à peça publicitária que associe as apostas à vitória financeira.
- (E) Agora deverão exibir-se advertências em todas as propagandas de bets. Também fica proibida a peça publicitária que associe as apostas à vitória financeira.

09. A forma verbal destacada confere sentido de obrigação à informação em:

- (A) Todas as propagandas de bets **deverão** agora exibir advertências... (1º parágrafo)
- (B) ... informando que apostar **pode** causar dependência, faz perder dinheiro... (1º parágrafo)
- (C) ... e **multiplicaram** patrocínios a clubes, campeonatos e programas esportivos. (2º parágrafo)
- (D) Hoje, as pesquisas **mostram** o aumento do endividamento das famílias... (2º parágrafo)
- (E) Suas declarações **indicam** que o tribunal dificilmente será permissivo. (4º parágrafo)

10. Os termos destacados correspondem, correta e respectivamente, a um artigo definido e a um adjetivo, e ambos definem o mesmo substantivo na passagem:

- (A) ... em vitrines permanentes de **um** negócio **apresentado** como entretenimento inofensivo. (2º parágrafo)
- (B) Entre os temas em debate estão **a** proteção de grupos **vulneráveis**... (4º parágrafo)
- (C) Suas declarações indicam que **o** tribunal **dificilmente** será permissivo. (4º parágrafo)
- (D) Não basta alertar sobre os riscos de **uma** atividade reconhecidamente **nociva**... (5º parágrafo)
- (E) **O** aviso **institucional** é bem-vindo, mas a tolerância já passou da hora de acabar. (5º parágrafo)

11. Assinale a alternativa em que a expressão destacada estabelece a mesma relação de sentido que a destacada na passagem "... o Estado reconhece, **de forma clara**, os riscos de uma atividade..." (1º parágrafo).

- (A) Nos últimos anos, o mercado de apostas online cresceu **sem freios**. (2º parágrafo)
- (B) Trata-se de impor à publicidade das bets limites proporcionais **aos danos**... (3º parágrafo)
- (C) Entre os temas em debate estão a proteção **de grupos vulneráveis**... (4º parágrafo)
- (D) ... e classificou o tema como um grave problema social e **de segurança pública**. (4º parágrafo)
- (E) O aviso institucional é bem-vindo, mas a tolerância já passou **da hora** de acabar. (5º parágrafo)

Leia o texto do escritor angolano Pepetela para responder às questões de 12 a 20:

Os balanços

Quero falar dos balanços que as instituições e os poderes políticos, desde governos a comissões de moradores de prédios, fazem anualmente. Felizmente para nós, pobres cidadãos que deles dependemos, os balanços são sempre positivos. Por isso não compreendo como podemos ficar descontentes ou andar sempre macambúzios¹, de bolsos furados.

Se tudo corre sempre bem e os balanços foram favoráveis, por que resmungamos com a carestia da vida, ou a opacidade do futuro? Nós, os pequenos, somos incuravelmente pessimistas, caso para psiquiatria. Pois então não ouvimos as notas positivas emanadas dos balanços? Até mesmo uma comissão criada para um programa que desconseguiu de resolver apresenta balanço positivo e abre champanhe na hora de prestar contas (verbais, porque as monetárias ficam só para alguns, os mesmos de sempre). Somos pessimistas e ingratos, invejosos de os ver sempre a beber champanhe. Desconfiamos dos que apresentam os balanços, os nossos chefes bem-amados. É evidente, merecemos o inferno em que vivemos, sem champanhe.

Divirto-me muito a ouvir ou ler o balanço feito a visitas ao estrangeiro de membros do Governo ou delegações de qualquer tipo, desportivas, diplomáticas ou culturais. As viagens são sempre positivas, alcançando resultados de que só o futuro mostrará a magnitude. Como temos fraca memória, no futuro nunca lembramos os termos de referência dessas visitas positivas.

Ultimamente surgiram balanços em muitos jornais. Partindo do princípio que a década acabou agora (os matemáticos que resolvam definitivamente essa *maka*², pois parece que é só para o ano), fez-se o balanço da década. Como esses jornais se concentram no Norte (ou seguindo os interesses do Norte), finalmente encontramos balanços negativos. Terrorismo, guerras, crises financeiras e econômicas constantes, desemprego em alta, suicídios de ricos (raríssimos, mas servem de índice), tímidas prisões de uns poucos corruptos, enfim, tudo desgraças. Para esses jornais, a primeira década desse milênio é para esquecer.

Pois eu faço um balanço positivo. Por uma vez tinha de ser. Nesta década gozamos finalmente de paz. E o país até cresce muito, apesar dos disparates. Andamos na contra-mão, já é mania de ser diferente...

(Pepetela. *Crônicas Maldispostas*. 2015. Adaptado)

Vocabulário:

¹ macambúzios: tristonhos, taciturnos

² maka: cisão, desentendimento

12. Ao expressar seu ponto de vista sobre os balanços divulgados, o cronista deixa claro que há uma

- (A) diferença entre os dados apresentados e a vida real, pois esta esconde vantagens não captadas por aqueles.
- (B) tentativa da população de deturpar os resultados divulgados, porque querem obter mais privilégios.
- (C) similaridade inquestionável entre os resultados divulgados e a percepção das pessoas sobre a vida.
- (D) discrepância evidente entre a realidade das pessoas e os resultados divulgados nessas ocasiões.
- (E) intenção louvável de apresentar resultados positivos às pessoas, como forma de fortalecer a autoestima.

13. Passagens como “Nós, os pequenos, somos incuravelmente pessimistas, caso para psiquiatria. Pois então não ouvimos as notas positivas emanadas dos balanços?” (2º parágrafo) e “As viagens são sempre positivas, alcançando resultados de que só o futuro mostrará a magnitude.” (3º parágrafo) indicam que o cronista

- (A) se submete à ideia de positividade veiculada por estar confuso.
- (B) se refere com ironia à ideia de positividade a que está exposto.
- (C) se redime e reconhece a positividade presente na vida social.
- (D) se abstém de posicionar-se claramente sobre a positividade.
- (E) se contradiz sobre a ideia de positividade, que prefere aceitar.

14. Assinale a alternativa que traz correta análise das informações do último parágrafo do texto e na qual o acento indicativo da crase está de acordo com a norma-padrão.

- (A) O cronista reconhece que seu país está deslumbrando-se com à paz reinante e, por enquanto, crescer não está entre suas prioridades.
- (B) Para o cronista, o seu país chegou à paz, no entanto, ainda convive com alguns disparates, o que não o impede de crescer.
- (C) O cronista considera que seu país vive um momento positivo, pois o povo, incentivado pela paz, deu fim à todos os disparates.
- (D) Para o cronista, o seu país perdeu o ritmo de crescimento, pois cada um se dedica à uma forma diferente de enfrentar os problemas.
- (E) O cronista vê o seu país imerso em um colapso real, pois ignoram tanto os problemas quanto à importância da paz obtida.

15. Considere as passagens:

- Felizmente para nós, **pobres** cidadãos que deles dependemos... (1º parágrafo)
- Pois então não ouvimos as notas positivas **emanadas** dos balanços? (2º parágrafo)
- ... alcançando resultados de que só o futuro mostrará a **magnitude**. (3º parágrafo)
- Nesta década **gozamos** finalmente de paz. (5º parágrafo)

No contexto em que estão empregados, os termos destacados significam, correta e respectivamente:

- (A) ordinários; veiculadas; natureza; possuímos.
- (B) miseráveis; oriundas; alcance; sentimos.
- (C) meros; vindas; importância; desfrutamos.
- (D) genuínos; nascidas; relevância; zombamos.
- (E) vulgares; exaladas; desprendimento; fruímos.

16. Sem prejuízo ao sentido original e em conformidade com a norma-padrão de regência verbal e de flexão verbal, a passagem “Como temos fraca memória, no futuro nunca lembramos os termos de referência dessas visitas positivas.” (3º parágrafo) admite a seguinte reescrita:

- (A) No futuro, nunca nos lembraremos dos termos de referência dessas visitas positivas, por isso termos memória fraca.
- (B) Ainda que temos fraca memória, no futuro nunca nos lembraríamos dos termos de referência dessas visitas positivas.
- (C) No futuro, nunca nos lembraremos dos termos de referência dessas visitas positivas, já que temos memória fraca.
- (D) Conforme tivéssemos fraca memória, no futuro nunca nos lembrávamos os termos de referência dessas visitas positivas.
- (E) No futuro, nunca nos lembremos dos termos de referência dessas visitas positivas, mesmo que teremos memória fraca.

17. Na passagem “... suicídios de ricos (**raríssimos**, mas servem de índice) ...” (4º parágrafo), a flexão do adjetivo destacado tem por objetivo

- (A) questionar o índice relativo aos suicídios dos ricos.
- (B) enfatizar a excepcionalidade de suicídio entre os ricos.
- (C) sugerir a alta adesão dos ricos à prática do suicídio.
- (D) esclarecer a inutilidade do índice de suicídios de ricos.
- (E) mostrar o sofrimento maior dos ricos com os suicídios.

18. Considere as passagens:

- Quero falar dos balanços que as instituições e os poderes políticos, **desde** governos **a** comissões de moradores de prédios, fazem anualmente. (1º parágrafo)
- ... por que resmungamos **com** a carestia da vida, ou a opacidade do futuro? (2º parágrafo)
- Ultimamente surgiram balanços **em** muitos jornais. (4º parágrafo)

O par de preposições “desde ... a” e as preposições “com” e “em” estabelecem, correta e respectivamente, relações de sentido de:

- (A) restrição; finalidade; lugar.
- (B) restrição; modo; meio.
- (C) extensão; causa; finalidade.
- (D) amplitude; causa; lugar.
- (E) amplitude; lugar; finalidade.

19. Somos pessimistas e ingratos, incomodados _____ a tomar champanhe. E somos acostumados _____ desconfiar dos que apresentam os balanços. É evidente _____ merecemos o inferno em que vivemos, sem champanhe.

Em conformidade com a norma-padrão, as lacunas devem ser preenchidas, respectivamente, com:

- (A) sobre vê-los ... sobre ... de que
- (B) em ver eles ... de ... de que
- (C) a ver-lhes ... com ... de que
- (D) por ver eles ... em ... que
- (E) com vê-los ... a ... que

20. Assinale a alternativa que atende à norma-padrão de pontuação.

- (A) Anualmente balanços são feitos pelas comissões de moradores de prédios e pelos poderes políticos. Estes, normalmente, os destinam a todos os moradores da cidade; aquelas, aos dos prédios. De qualquer modo, os pobres cidadãos recebemos balanços sempre positivos.
- (B) Anualmente, balanços são feitos, pelas comissões de moradores de prédios e pelos poderes políticos. Estes normalmente, os destinam a todos os moradores da cidade; aquelas aos dos prédios. De qualquer modo, os pobres cidadãos, recebemos balanços sempre positivos.
- (C) Anualmente balanços são feitos pelas comissões de moradores de prédios e pelos poderes políticos. Estes normalmente os destinam, a todos os moradores da cidade: aquelas, aos dos prédios. De qualquer modo os pobres cidadãos recebemos balanços, sempre, positivos.
- (D) Anualmente, balanços, são feitos pelas comissões de moradores de prédios e pelos poderes políticos. Estes, normalmente os destinam a todos os moradores da cidade; aquelas, aos dos prédios. De qualquer modo os pobres cidadãos recebemos, balanços sempre positivos.
- (E) Anualmente balanços são feitos pelas comissões de moradores de prédios e pelos poderes políticos. Estes normalmente os destinam a todos os moradores da cidade; aquelas aos dos prédios. De qualquer modo os pobres cidadãos, recebemos balanços sempre positivos.

21. Durante a elaboração de um programa de integridade, foi realizada uma análise, cruzando-se a probabilidade de um evento acontecer com a gravidade do seu impacto, chegando-se a uma matriz 4x4.

A ferramenta utilizada nessa análise é denominada matriz

- (A) de Riscos.
- (B) BCG.
- (C) de Eisenhower.
- (D) GE/McKinsey.
- (E) RACI.

22. Em programas de integridade, uma boa prática diz respeito à verificação minuciosa de antecedentes de terceiros, a exemplo de processos de contratações públicas.

Essa coleta e análise minuciosa de dados de um terceiro é denominada

- (A) *tone at the top*.
- (B) *core value*.
- (C) *due diligence*.
- (D) *red flag*.
- (E) *risk assessment*.

23. Nas práticas de ESG, existem organizações, sejam elas públicas ou privadas, que promovem com grande apelo midiático seus produtos e/ou serviços como ambientalmente responsáveis, mas que, na prática, são ineficazes, possuem impacto mínimo ou escondem retrocessos estruturais e desmonte de fiscalização.

Esse grande desafio nas agendas ESG é denominado como

- (A) *triple bottom line*.
- (B) *greenwashing*.
- (C) *circular economy*.
- (D) *upcycling*.
- (E) *e-waste*.

24. Na implementação e monitoramento de um programa de integridade, há metodologias visuais que contribuem na gestão e análise de riscos de uma organização. Uma delas traz, ao centro, o evento crítico; do lado esquerdo, as ameaças e medidas preventivas; e, do lado direito, as consequências e medidas mitigadoras.

Dadas essas características, assinale a alternativa que indica corretamente a ferramenta utilizada.

- (A) Diagrama de Ishikawa.
- (B) Diagrama de Venn.
- (C) Matriz de Ansoff.
- (D) Gráfico de Gantt.
- (E) Diagrama Bow Tie.

25. Ao implementar práticas de ESG em uma organização, seja ela pública ou privada, alguns dos benefícios que podem ser esperados por meio de cada um dos três pilares dessa sigla são:

- (A) E - políticas anticorrupção; S - auditorias regulares; G - *compliance*.
- (B) E - auditorias regulares; S - gestão de resíduos; G - treinamentos de inclusão.
- (C) E - diversidade e inclusão; S - políticas anticorrupção; G - independência do conselho de administração.
- (D) E - redução da pegada de carbono; S - políticas de equidade salarial; G - criação de canal de denúncia anônimo.
- (E) E - gestão de resíduos; S - segurança do trabalho; G - diversidade e inclusão.

RACIOCÍNIO LÓGICO E ANALÍTICO

26. Para uma atividade de formação, os 140 funcionários de uma empresa serão divididos em 5 grupos, não necessariamente com os mesmos números de pessoas. Os coordenadores dessa formação selecionaram 20 funcionários fixos para cada grupo e instruíram os demais funcionários que escolhessem em quais dos 5 grupos gostariam de ficar, cada funcionário podendo escolher, de maneira autônoma, apenas 1 grupo.

Após todos os grupos estarem formados, é, necessariamente, verdadeiro que

- (A) pelo menos dois grupos terão mais de 21 funcionários cada.
- (B) algum grupo terá menos de 28 funcionários.
- (C) todos os grupos terão, cada um, mais de 20 funcionários.
- (D) um dos grupos terá mais de 27 funcionários.
- (E) nenhum grupo terá 40 funcionários.

27. Ana, Maria e Rita trabalham em um mesmo departamento, e obedecem aos seguintes critérios para beber café no trabalho quando as três trabalham presencialmente no mesmo dia:

- Se Ana beber café, Maria também bebe;
- Maria ou Rita sempre bebem café, mas não no mesmo dia;
- Ana ou Rita sempre bebem café, mas não necessariamente no mesmo dia;
- Se Rita beber café, Ana também bebe.

De acordo com esses critérios, quando essas três mulheres trabalham presencialmente no mesmo dia,

- (A) Rita sempre bebe café, e Ana e Maria às vezes bebem.
- (B) Rita nunca bebe café, e Ana e Maria sempre bebem.
- (C) Maria nunca bebe café, e Ana e Rita sempre bebem.
- (D) Maria e Rita sempre bebem café, e Ana às vezes bebe.
- (E) Ana e Rita sempre bebem café, e Maria às vezes bebe.

28. Considere a seguinte sequência, formada a partir de um padrão lógico:

333, 337, 343, 318, 322, 328, 303, 307, 313, 288, ...

Sabendo que a sequência tem infinitos elementos, seu menor elemento, que é maior do que zero, corresponde ao número

- (A) 1.
- (B) 3.
- (C) 5.
- (D) 7.
- (E) 9.

29. Considere a afirmação: “Se Natália anda de bicicleta e joga futebol, então o dia está ensolarado”.

Uma negação dessa afirmação é equivalente a:

- (A) Natália anda de bicicleta e joga futebol e o dia não está ensolarado.
- (B) O dia está ensolarado e Natália não anda de bicicleta e não joga futebol.
- (C) Se o dia não está ensolarado, então Natália não anda de bicicleta ou não joga futebol.
- (D) Se Natália não anda de bicicleta e não joga futebol, então o dia está ensolarado.
- (E) Se Natália não anda de bicicleta ou não joga futebol, então o dia não está ensolarado.

30. Em uma festa, todas as crianças usavam chapéus de aniversário, cada chapéu impresso corretamente com o nome de quem o usava. Cinco dessas crianças foram a um brinquedo em que era obrigatória a retirada dos chapéus e, ao saírem desse brinquedo, pegaram os chapéus sem conferir os nomes, de maneira que, após colocarem o chapéu, constataram que ninguém usava o chapéu com o próprio nome.

Um monitor dessa festa, que sabia o nome de todas as crianças, percebeu a confusão e ouviu, em sequência, as seguintes afirmações, cada afirmação proferida pela criança identificada pelo nome escrito no chapéu que usava e não pela criança que tem esse nome:

Nome no chapéu	Afirmação
Ariel	Ariel não está usando o chapéu da Érica.
Bruna	O meu chapéu está na cabeça de Bruna.
Carlos	Daniel está usando o chapéu de Érica.
Daniel	Carlos está com o chapéu de Ariel.
Érica	Carlos está com o meu chapéu.

O monitor constatou que a criança usando o chapéu escrito Érica proferiu uma afirmação verdadeira, que apenas Carlos e Érica mentiram em suas afirmações, e que Ariel não estava com o chapéu de Carlos. Portanto, Carlos e Daniel estão usando, respectivamente, os chapéus de

- (A) Ariel e Bruna.
- (B) Ariel e Carlos.
- (C) Bruna e Érica.
- (D) Daniel e Carlos.
- (E) Daniel e Érica.

31. Se Algacyr está trabalhando, então não é domingo. Se é domingo, então Algacyr usa chinelo e moletom. Quando Algacyr está trabalhando ou ele usa o computador ou ele usa uma máquina de escrever. Algacyr só usa o computador se estiver usando chinelo. Algacyr só usa máquina de escrever se estiver usando moletom. Algacyr saiu de casa usando chinelo, mas não está usando moletom, logo é verdadeiro que

- (A) Algacyr vai trabalhar e usar o computador.
- (B) não é domingo e Algacyr vai usar o computador.
- (C) Algacyr vai usar o computador, mas não vai trabalhar.
- (D) é domingo e Algacyr não vai usar a máquina de escrever.
- (E) não é domingo ou Algacyr vai usar a máquina de escrever.

32. Considere os dez primeiros elementos de uma sequência finita S1 e seu último elemento:

S1: 47, 58, 71, 79, 95, 109, 119, 130, 134, 142, ..., 221

A sequência finita S2 tem o mesmo padrão de formação da sequência anterior, seu primeiro elemento é o número 25 e seu último elemento é o número 317.

Quantos elementos a sequência S2 tem a mais do que a sequência S1?

- (A) 8.
- (B) 9.
- (C) 11.
- (D) 12.
- (E) 13.

33. Na casa de Fábio, há um relógio de corda que marca a passagem dos números de horas e de minutos corretamente. Certo sábado, após o relógio parar por falta de corda, Fábio deu corda no relógio, ajustou os ponteiros para que marcassem 7h15 e caminhou pela rua do Sol até o centro da cidade, onde existe um relógio que sempre marca a hora certa. Assim que chegou ao centro viu que o relógio marcava 8h30 e aproveitou para jogar xadrez com os amigos. Ao iniciar a volta para casa, viu que o relógio do centro da cidade marcava 10h59 e fez o caminho de volta pela rua da Lua. Ao chegar em casa, viu que o relógio de corda marcava 11h11.

Sabendo que o tempo que Fábio levou para ir de sua casa até o centro da cidade pela rua do Sol foi o dobro do tempo que ele levou para ir do centro da cidade até sua casa pela rua da Lua, a hora certa no momento que Fábio chegou em casa era

- (A) 11h.
- (B) 11h15.
- (C) 11h28.
- (D) 11h41.
- (E) 11h57.

34. Considere a afirmação: “Todos os convidados estiveram presentes e pelo menos um deles usava roupa branca”.

Uma negação dessa afirmação é equivalente a:

- (A) nenhum convidado esteve presente ou pelo menos um deles usava roupa branca.
- (B) algum convidado não esteve presente ou nenhum convidado usava roupa branca.
- (C) pelo menos um convidado não esteve presente e apenas um convidado usou roupa branca.
- (D) pelo menos um convidado não esteve presente ou todos os convidados usavam roupa branca.
- (E) nenhum convidado esteve presente ou todos os convidados usavam roupa branca.

35. Albertina, Betina e Celina moram em ruas diferentes, cada uma em sua própria casa, e tiveram o seguinte diálogo:

- Albertina: eu, Betina e Celina moramos, não necessariamente nessa ordem, nas ruas Josefina, Paulina e Severina, sendo que na rua onde moro existem dois cinemas.
- Betina: eu não moro na rua Severina ou não moro na rua Paulina.
- Celina: Albertina mora na rua Severina.
- Betina: há pelo menos um cinema na rua Josefina.

Em cada frase, se uma moça falou o nome da rua onde mora, então a frase é verdadeira, caso contrário, a frase é falsa.

Os nomes das ruas em que moram Albertina, Betina e Celina são, respectivamente,

- (A) Josefina, Paulina e Severina.
- (B) Josefina, Severina e Paulina.
- (C) Paulina, Josefina e Severina.
- (D) Paulina, Severina e Josefina.
- (E) Severina, Paulina e Josefina.

36. A professora Adriana afirmou, corretamente, que houve pelo menos um selecionado para a final do concurso de redação e no máximo quatro selecionados. Em seguida, ela proferiu quatro afirmações verdadeiras:

- Se Giovana foi selecionada, então Marina não foi selecionada.
- Lucas foi selecionado ou Tiago foi selecionado, mas não ambos.
- Marina foi selecionada se e somente se Tiago não foi selecionado.
- Se Pedro não foi selecionado, então Giovana foi selecionada ou Lucas não foi selecionado.

Em seguida, a professora informou corretamente que Lucas foi selecionado. Portanto, os nomes de todos os selecionados para a final são:

- (A) Lucas e Giovana.
- (B) Lucas e Marina.
- (C) Lucas e Pedro.
- (D) Lucas, Giovana e Marina.
- (E) Lucas, Pedro e Marina.

37. Um hotel possui 159 acomodações, sendo 45 chalés e 114 apartamentos. Algumas dessas acomodações têm vista apenas para o lago e as demais têm vista apenas para as montanhas. No total, 40 apartamentos têm vista para o lago, e o número total de acomodações com vista para as montanhas é igual a 87.

Nesse hotel, o número de chalés com vista para o lago excede o número de chalés com vista para as montanhas em

- (A) 17 unidades.
- (B) 18 unidades.
- (C) 19 unidades.
- (D) 20 unidades.
- (E) 21 unidades.

38. Considere o padrão de formação da sequência:

33, 27, 111, 315, 219, 123, 327, 231, 135, 339, 243, 147, ..., 387, 291, 195, 399, 2.103, 1.107, 3.111, 2.115, 1.119, ...

O 101º elemento dessa sequência é o número

- (A) 1.155.
- (B) 1.239.
- (C) 2.223.
- (D) 2.403.
- (E) 3.399.

R A S C U N H O

39. Cinco garrafas de vinho contêm vinhos produzidos em cinco anos diferentes, sendo esses os anos de 1960, 1970, 1980, 1990 e 2000. Em uma mesma prateleira há apenas essas garrafas, que estão rotuladas, não necessariamente na ordem dos anos, pelas letras A, B, C, D e E. Colado logo abaixo de cada um desses rótulos, há as seguintes etiquetas:

A: o vinho C foi produzido em 1990.

B: esse vinho é menos antigo do que o vinho E.

C: o vinho A foi produzido 10 anos após o vinho B.

D: esse vinho é mais antigo do que o vinho E e menos antigo do que o vinho C.

E: os vinhos C e D são os dois mais antigos dessa prateleira.

Sabendo que apenas um desses rótulos contém uma inscrição falsa, os vinhos A, B, C e D foram produzidos, respectivamente, nos anos de

(A) 1960, 2000, 1990 e 1980.

(B) 1980, 1990, 1970 e 1960.

(C) 1980, 1990, 1960 e 1970.

(D) 2000, 1980, 1990 e 1960.

(E) 2000, 1990, 1960 e 1970.

40. Uma malha quadriculada contém 61 linhas, cada linha com 20 quadrículos. A palavra APOSENTADORIA foi escrita repetidamente nos quadrículos dessa malha de maneira a preencher cada linha da esquerda para direita e de cima para baixo, cada quadrículo com uma única letra, sem espaço entre o fim de uma palavra e o início da próxima, e quando todos os quadrículos de uma linha estiverem preenchidos, o processo continua no início da linha seguinte com as letras que não couberam na linha anterior, caso tenha sobrado alguma, ou com uma nova palavra APOSENTADORIA. Por exemplo, se nos últimos 15 quadrículos de uma linha estiverem as letras APOSENTADORIAAP, então os 15 primeiros quadrículos da linha seguinte conterão as letras OSENTADORIAAPOS.

Ao se chegar ao quadrículo mais abaixo e mais à direita, o processo é interrompido, sem que a escrita da última palavra fique completa, sendo que as 4 últimas letras dos 4 últimos quadrículos da última linha são

(A) ADOR.

(B) DORI.

(C) POSE.

(D) RIAA.

(E) TADO.

41. De acordo com a Constituição Federal do Brasil, assinale a alternativa correta.

- (A) A previdência social será organizada sob a forma do Regime Geral de Previdência Social, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, dentre outras contingências, na forma da lei, a cobertura dos eventos de incapacidade temporária ou permanente para o trabalho e idade avançadas.
- (B) É permitida a filiação ao regime geral de previdência social, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência.
- (C) Para fins de aposentadoria, não será assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição entre o Regime Geral de Previdência Social e os regimes próprios de previdência social, e destes entre si, não se admitindo a compensação financeira.
- (D) É permitida a adoção de requisitos ou critérios diferenciados para concessão de benefícios, nos termos de lei complementar, inclusive quanto a possibilidade de previsão de idade e tempo de contribuição distintos da regra geral para concessão de aposentadoria, exclusivamente, em favor dos segurados com 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e 62 (sessenta e dois) anos de idade, se mulher.
- (E) A gratificação natalina dos aposentados e pensionistas terá por base o valor dos proventos do mês de novembro de cada ano.

42. Segundo a Constituição Federal do Brasil, o regime de previdência privada, de caráter complementar e organizado de forma autônoma em relação ao regime geral de previdência social, será

- (A) obrigatório, baseado na constituição de reservas que garantam o benefício contratado, e regulado por lei complementar.
- (B) facultativo, baseado na constituição de reservas que garantam o benefício contratado, e regulado por lei ordinária.
- (C) obrigatório, baseado na constituição de reservas que garantam o benefício contratado, e regulado por lei ordinária.
- (D) facultativo, baseado na constituição de reservas que garantam o benefício contratado, e regulado por lei complementar.
- (E) obrigatório, baseado na constituição de reservas que garantam o benefício contratado, e regulado por decreto federal.

43. De acordo com o regramento constitucional, no regime de previdência privada complementar,

- (A) a lei ordinária assegurará ao participante de planos de benefícios de entidades de previdência privada o pleno acesso às informações relativas à gestão de seus respectivos planos.
- (B) as contribuições do empregador, os benefícios e as condições contratuais previstas nos estatutos, regulamentos e planos de benefícios das entidades de previdência privada não integram o contrato de trabalho dos participantes, assim como, à exceção dos benefícios concedidos, não integram a remuneração dos participantes, nos termos da lei.
- (C) a lei ordinária disciplinará a relação entre a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, inclusive suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente, enquanto patrocinadores de planos de benefícios previdenciários, e as entidades de previdência complementar.
- (D) o decreto federal assegurará ao participante de planos de benefícios de entidades de previdência privada o pleno acesso às informações relativas à gestão de seus respectivos planos.
- (E) é permitido o aporte de recursos a entidade de previdência privada pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e outras entidades públicas, inclusive na qualidade de patrocinador, situação na qual, sua contribuição normal poderá exceder a do segurado.

44. De acordo com a Constituição Federal do Brasil, é assegurada aposentadoria no regime geral de previdência social, nos termos da lei, obedecidas as seguintes condições:

- (A) 60 (sessenta) anos de idade, se homem, e 55 (cinquenta e cinco) anos de idade, se mulher, para os trabalhadores urbanos, observado tempo mínimo de contribuição.
- (B) 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e 62 (sessenta e dois) anos de idade, se mulher, para os trabalhadores rurais e para os que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, nestes incluídos o produtor rural, o garimpeiro e o pescador artesanal.
- (C) 55 (cinquenta e cinco) anos de idade, se homem, e 50 (cinquenta) anos de idade, se mulher, para os trabalhadores urbanos, não observado tempo mínimo de contribuição.
- (D) 55 (cinquenta e cinco) anos de idade, se homem, e 50 (cinquenta) anos de idade, se mulher, para os trabalhadores rurais e para os que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, nestes não incluídos o produtor rural, nem tampouco, o garimpeiro e o pescador artesanal.
- (E) 60 (sessenta) anos de idade, se homem, e 55 (cinquenta e cinco) anos de idade, se mulher, para os trabalhadores rurais e para os que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, nestes incluídos o produtor rural, o garimpeiro e o pescador artesanal.

45. Segundo regramento constitucional a respeito da previdência social, organizada sob a forma do Regime Geral de Previdência Social,
- (A) nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá valor mensal inferior ao salário mínimo.
 - (B) nem todos os salários de contribuição considerados para o cálculo de benefício serão devidamente atualizados, na forma da lei.
 - (C) é assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor nominal, conforme critérios definidos na Constituição Federal do Brasil.
 - (D) é permitida a contagem de tempo de contribuição fictício para efeito de concessão dos benefícios previdenciários e de contagem recíproca.
 - (E) a aposentadoria concedida ao segurado, de baixa renda, poderá ter valor inferior de 1 (um) salário-mínimo.
46. Estabelece a Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, a respeito dos planos de benefícios, que
- (A) as entidades de previdência complementar não poderão constituir reservas técnicas, provisões e fundos, ainda que, de conformidade com os critérios e normas fixados pelo órgão regulador e fiscalizador.
 - (B) deverão constar dos regulamentos dos planos de benefícios, das propostas de inscrição e dos certificados de participantes condições mínimas a serem fixadas pelo Ministério da Previdência Social.
 - (C) os planos de benefícios atenderão a padrões mínimos fixados pelo órgão regulador e fiscalizador, com o objetivo de assegurar transparência, solvência, liquidez e equilíbrio econômico-financeiro e atuarial.
 - (D) para assegurar compromissos assumidos junto aos participantes e assistidos de planos de benefícios, as entidades de previdência complementar deverão contratar operações de resseguro, por iniciativa própria ou por determinação do Ministério da Previdência Social.
 - (E) a aplicação dos recursos correspondentes às reservas, às provisões e aos fundos das entidades de previdência complementar será feita conforme diretrizes estabelecidas pelo Banco Central.
47. De acordo com a Lei Complementar nº 109/2001, o resultado superavitário dos planos de benefícios das entidades fechadas, ao final do exercício, satisfeitas as exigências regulamentares relativas aos mencionados planos, será destinado à constituição de reserva de contingência, para garantia de benefícios, até o limite de
- (A) cinquenta por cento do valor das reservas matemáticas.
 - (B) vinte e cinco por cento do valor das reservas matemáticas.
 - (C) setenta e cinco por cento do valor das reservas matemáticas.
 - (D) quinze por cento do valor das reservas matemáticas.
 - (E) trinta por cento do valor das reservas matemáticas.
48. Segundo a Lei Complementar nº 109/2001 a respeito dos Planos de Benefícios de Entidades Abertas, assinale a alternativa correta.
- (A) É permitida à entidade aberta a contratação de plano coletivo com pessoa jurídica cujo objetivo principal seja estipular, em nome de terceiros, planos de benefícios coletivos.
 - (B) A implantação de um plano coletivo será celebrada mediante resolução, na forma, nos critérios, nas condições e nos requisitos mínimos a serem estabelecidos pelo Ministério da Previdência Social.
 - (C) É permitido, no caso de portabilidade, que os recursos financeiros transitem pelos participantes, sob qualquer forma e a transferência de recursos entre participantes.
 - (D) Os planos de benefícios instituídos por entidades abertas poderão ser individuais, quando acessíveis a quaisquer pessoas físicas, ou coletivos, quando tenham por objetivo garantir benefícios previdenciários a pessoas físicas vinculadas, direta ou indiretamente, a uma pessoa jurídica contratante.
 - (E) Observados os conceitos, a forma, as condições e os critérios fixados pelo Ministério da Previdência Social, é vedado aos participantes o direito à portabilidade, inclusive para plano de benefício de entidade fechada, e ao resgate de recursos das reservas técnicas, provisões e fundos, total ou parcialmente.

49. Segundo a Lei Complementar nº 108/2001, para o participante se tornar elegível a um benefício de prestação que seja programada e continuada, os planos de benefícios observarão carência mínima de
- (A) sessenta contribuições mensais a plano de benefícios e cessação do vínculo com o patrocinador.
 - (B) cento e oitenta contribuições mensais a plano de benefícios e cessação do vínculo com o patrocinador.
 - (C) noventa contribuições mensais a plano de benefícios e cessação do vínculo com o patrocinador.
 - (D) setenta e cinco contribuições mensais a plano de benefícios e cessação do vínculo com o patrocinador.
 - (E) noventa e cinco contribuições mensais a plano de benefícios e cessação do vínculo com o patrocinador.
50. De acordo com a Lei nº 14.653/2011, a estrutura organizacional da SP-PREVCOM será constituída de Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, sendo a Diretoria Executiva composta, no máximo, por
- (A) 3 (três) membros nomeados pelo Conselho Deliberativo, mediante indicação do Governador do Estado.
 - (B) 6 (seis) membros nomeados pelo Conselho Deliberativo, mediante indicação do Governador do Estado.
 - (C) 4(quatro) membros nomeados pelo Conselho Deliberativo, mediante indicação do Governador do Estado.
 - (D) 2 (dois) membros nomeados pelo Conselho Deliberativo, mediante indicação do Governador do Estado.
 - (E) 5 (cinco) membros nomeados pelo Conselho Deliberativo, mediante indicação do Governador do Estado.
51. Segundo a Lei nº 14.653/2011, o Estado de São Paulo, por meio dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Tribunal de Contas, das Universidades, do Ministério Público e da Defensoria Pública deverão solicitar a criação de plano de previdência complementar para seus membros e servidores, no prazo de
- (A) 90 (noventa) dias da data do início do funcionamento da SP-PREVCOM, onerando os recursos dos seus respectivos orçamentos.
 - (B) 30 (trinta) dias da data do início do funcionamento da SP-PREVCOM, onerando os recursos dos seus respectivos orçamentos.
 - (C) 15 (quinze) dias da data do início do funcionamento da SP-PREVCOM, onerando os recursos dos seus respectivos orçamentos.
 - (D) 45 (quarenta e cinco) dias da data do início do funcionamento da SP-PREVCOM, onerando os recursos dos seus respectivos orçamentos.
 - (E) 60 (sessenta) dias da data do início do funcionamento da SP-PREVCOM, onerando os recursos dos seus respectivos orçamentos.
52. A respeito das condições gerais dos planos de benefícios, assinale a alternativa que se apresenta de acordo com a Lei estadual nº 14.653/2011.
- (A) Não poderá permanecer filiado ao respectivo plano de benefícios previdenciários complementares, o participante afastado a outro órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, inclusive suas empresas públicas e sociedades de economia mista.
 - (B) Não poderá permanecer filiado ao respectivo plano de benefícios previdenciários complementares, o participante que optar pelo benefício proporcional diferido ou pelo autopatrocínio, na forma estabelecida pelos órgãos regulador e fiscalizador das entidades fechadas de previdência complementar e no regulamento do plano de benefícios previdenciários complementares.
 - (C) Os benefícios não programados serão definidos no regulamento do respectivo plano de benefícios previdenciários complementares, devendo ser assegurados, no mínimo, os benefícios decorrentes dos eventos de invalidez e de morte, que poderão ser contratados externamente ou assegurados pelo próprio plano de benefícios previdenciários complementares.
 - (D) Os benefícios programados serão definidos no regulamento do respectivo plano de benefícios previdenciários complementares, podendo ser assegurados, os benefícios decorrentes dos eventos de invalidez e de morte, que deverão ser contratados externamente, não podendo ser assegurados pelo próprio plano de benefícios previdenciários complementares.
 - (E) Para os planos em que seja patrocinador o Estado de São Paulo, por meio dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Tribunal de Contas, das Universidades, do Ministério Público e da Defensoria Pública, considera-se remuneração o valor do vencimento ou do salário do participante, não acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei, incorporadas ou incorporáveis.

53. Segundo o Estatuto Social da SP-PREVCOM, aprovado pelo Decreto estadual nº 57.785/2012, assinale a alternativa que apresenta uma das atribuições do Diretor de Seguridade.

- (A) Coordenar e acompanhar, dentro do âmbito de cada Plano de Benefícios, o controle de avaliação de risco que tenha sido aprovado pela Diretoria Executiva.
- (B) Realizar reuniões de alinhamento com a equipe para correção de rumos e procedimentos e planejar formas de integração interna, com a finalidade de propiciar climas saudáveis ao bom desempenho das atividades funcionais.
- (C) Garantir o exercício da aplicação da Política da Segurança da Informação e Governança de Tecnologia da Informação na SP-PREVCOM, com aprimoramentos e atualizações contínuas.
- (D) Encaminhar ao órgão regulador e fiscalizador das entidades fechadas de previdência complementar o relatório mensal de benefícios e população, conforme exigido pela regulamentação aplicável.
- (E) Estabelecer canais de comunicação com entidades ligadas à Previdência Complementar, nacional e internacional, inclusive mediante filiação a associações, quando necessário.

54. Segundo a Resolução Previc nº 23/2023, nos procedimentos contábeis as entidades fechadas de previdência complementar (EFPC), considera-se Gestão Administrativa como

- (A) a atividade de registro e de controle das contribuições, dos benefícios e da mutação patrimonial do plano de benefícios de caráter assistencial, com registro na Agência Nacional de Saúde Suplementar.
- (B) qualquer evento entre a data de encerramento do exercício e de sua publicação que tenham ou possam vir a ter efeitos relevantes sobre a situação financeira ou econômica dos planos.
- (C) a atividade de registro e de controle inerentes à administração dos planos de benefícios de caráter previdencial e assistencial.
- (D) o recebimento de recursos do patrocinador para o custeio administrativo, no início de funcionamento da EFPC ou de plano de benefícios de caráter previdencial.
- (E) a atividade de registro e de controle das aplicações dos recursos garantidores dos planos de benefícios de caráter previdencial e assistencial e do PGA.

55. Segundo a Resolução Previc nº 23/2023, o plano de benefícios deve ser revisado até o final do exercício subsequente do exercício social que registrar a terceira apuração consecutiva de reserva especial, sendo que, na revisão obrigatória, deve ser destinado, no mínimo, o valor integral da reserva

- (A) especial registrado nos últimos 3 (três) exercícios.
- (B) geral registrado nos últimos 2 (dois) exercícios.
- (C) especial registrado no último exercício.
- (D) geral registrado nos últimos 5 (cinco) exercícios.
- (E) especial registrado nos últimos 6 (seis) exercícios.

56. Segundo a Lei nº 11.053/2004, que dispõe sobre a tributação dos planos de benefícios de caráter previdenciário e dá outras providências, a partir de 1º de janeiro de 2005, os resgates, parciais ou totais, de recursos acumulados relativos a participantes dos planos nela referidos que não tenham efetuado a opção nela mencionada sujeitam-se à incidência de imposto de renda na fonte à alíquota de

- (A) 7,5% (sete e meio por cento), como antecipação do devido na declaração de ajuste da pessoa física, calculado sobre os valores de resgate, no caso de planos de previdência, inclusive FAPI e os rendimentos, no caso de seguro de vida com cláusula de cobertura por sobrevivência.
- (B) 15% (quinze por cento), como antecipação do devido na declaração de ajuste da pessoa física, calculado sobre os valores de resgate, no caso de planos de previdência, inclusive FAPI e os rendimentos, no caso de seguro de vida com cláusula de cobertura por sobrevivência.
- (C) 22,5% (vinte e dois vírgula cinco por cento), como antecipação do devido na declaração de ajuste da pessoa física, calculado sobre os valores de resgate, no caso de planos de previdência, inclusive FAPI e os rendimentos, no caso de seguro de vida com cláusula de cobertura por sobrevivência.
- (D) 27,5% (vinte e sete vírgula cinco por cento), como antecipação do devido na declaração de ajuste da pessoa física, calculado sobre os valores de resgate, no caso de planos de previdência, inclusive FAPI e os rendimentos, no caso de seguro de vida com cláusula de cobertura por sobrevivência.
- (E) 10% (dez por cento), como antecipação do devido na declaração de ajuste da pessoa física, calculado sobre os valores de resgate, no caso de planos de previdência, inclusive FAPI e os rendimentos, no caso de seguro de vida com cláusula de cobertura por sobrevivência.

57. De acordo com a Resolução Previc nº 23/2023, os registros contábeis das entidades fechadas de previdência complementar (EFPC) devem

- (A) efetuar e manter seus registros contábeis em separado, de forma a possibilitar a independência do patrimônio e dos resultados, e a adequação à legislação aplicável ao setor de saúde suplementar, mediante a utilização do desdobramento analítico das contas relativas à gestão assistencial, de acordo com o plano contábil e as práticas contábeis estabelecidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar.
- (B) registrar, quinzenalmente, no balancete de cada plano de benefícios de caráter previdencial, nas contas “Participação no Plano de Gestão Administrativa”, no Passivo, e “Participação no Fundo Administrativo do Plano de Gestão Administrativa”, no Ativo, a parcela equivalente à participação do plano de benefícios no fundo administrativo registrado no Plano de Gestão Administrativa.
- (C) registrar contabilmente os instrumentos de dívidas de patrocinador relativos aos financiamentos de serviço passado e de déficit técnico equacionado no grupo “Operações Contratadas” do “Exigível Previdencial”, no Ativo.
- (D) registrar, anualmente, no balancete de cada plano de benefícios de caráter previdencial, nas contas “Participação no Plano de Gestão Administrativa”, no Ativo, e “Participação no Fundo Administrativo do Plano de Gestão Administrativa”, no Passivo, a parcela equivalente à participação do plano de benefícios no fundo administrativo registrado na Gestão Previdencial.
- (E) ser realizados de forma que o patrimônio, as respectivas mutações e os resultados possam ser evidenciados de maneira individualizada, em relação aos planos de benefícios de caráter previdencial e assistencial e do plano de gestão administrativa.

58. De acordo com a Lei Complementar nº 109/2001, nos planos de benefícios de entidades fechadas,

- (A) não será admitida a portabilidade na inexistência de cessação do vínculo empregatício do participante com o patrocinador.
- (B) é permitido que os recursos financeiros correspondentes transitem pelos participantes dos planos de benefícios, sob qualquer forma.
- (C) podem ser oferecidos a todos os empregados dos patrocinadores ou associados dos instituidores.
- (D) a não utilização da reserva geral por dois exercícios consecutivos determinará a revisão obrigatória do plano de benefícios da entidade.
- (E) o regime financeiro de capitalização é facultativo para os benefícios de pagamento em prestações que sejam programadas e continuadas.

59. Segundo a Lei estadual nº 14.653/2011, a supervisão e fiscalização da SP-PREVCOM e de seus planos de benefícios previdenciários complementares compete ao órgão fiscalizador das entidades fechadas de previdência complementar, sem prejuízo das competências constitucionais

- (A) do Tribunal de Contas da União.
- (B) da Fazenda Pública Estadual.
- (C) do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.
- (D) do Tribunal Regional Federal.
- (E) da Fazenda Pública Federal.

60. Consoante estabelece o regramento constitucional, a lei instituirá sistema especial de inclusão previdenciária, com alíquotas diferenciadas, para atender aos trabalhadores de baixa renda, inclusive os que se encontram em situação de informalidade, e àqueles sem renda própria que se dediquem exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, desde que pertencentes a famílias de baixa renda.

Nesse caso, a aposentadoria concedida ao segurado

- (A) poderá ter valor de 1 (um) salário-mínimo.
- (B) terá valor de 2 (dois) salários-mínimos.
- (C) poderá ter valor de 2 (dois) salários-mínimos.
- (D) terá valor de 1 (um) salário-mínimo.
- (E) poderá ter valor de até 3 (três) salários-mínimos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

61. Considere o seguinte cenário: o Presidente da República editou e publicou uma medida provisória dispondo sobre a instituição de diretrizes gerais de planos de carreira na Administração Pública federal. Ao analisar a medida provisória, a comissão mista do Congresso Nacional emitiu parecer por sua rejeição, por entender pela ausência do requisito constitucional da urgência.

Partindo da classificação do controle de constitucionalidade, a ausência do requisito da urgência nesse caso é exemplo de uma inconstitucionalidade

- (A) formal orgânica.
 - (B) formal propriamente dita.
 - (C) formal por ausência dos pressupostos objetivos do ato normativo.
 - (D) material, por violação ao princípio da separação de poderes.
 - (E) material, uma vez que o tema não pode ser objeto de medida provisória.
62. De acordo com a previsão constitucional, é correto afirmar, sobre a organização político-administrativa do Estado brasileiro, que
- (A) os territórios federais integram a União, e sua criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem serão reguladas em lei ordinária.
 - (B) os estados podem incorporar-se entre si, mediante aprovação da população diretamente interessada, por meio de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.
 - (C) a incorporação de municípios far-se-á por lei municipal, dentro do período determinado por Lei Complementar estadual, e dependerá de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.
 - (D) é vedado à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, inclusive de colaboração de interesse público.
 - (E) o desmembramento de municípios será admitido se, além de outros requisitos constitucionais, o ente federativo possuir mais de 50 mil habitantes, de modo a justificar a necessidade de sua reorganização.

63. Assinale a alternativa que corresponde à exata previsão constante do artigo 202 da Constituição Federal e seus parágrafos, que tratam sobre a previdência complementar.

- (A) O regime de previdência privada, de caráter complementar e organizado de forma dependente em relação ao regime geral de previdência social, será obrigatório, baseado na constituição de reservas que garantam o benefício contratado, e regulado por lei ordinária.
- (B) As contribuições do empregador, os benefícios e as condições contratuais previstas nos estatutos, regulamentos e planos de benefícios das entidades de previdência privada não integram o contrato de trabalho dos participantes, assim como, à exceção dos benefícios concedidos, não integram a remuneração dos participantes, nos termos da lei.
- (C) É admitido o aporte de recursos a entidade de previdência privada pela União, estados, Distrito Federal e municípios, suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e outras entidades públicas, na qualidade de patrocinador ou contribuinte direto, de modo sobretudo a aprimorar as condições sociais dos trabalhadores.
- (D) A relação entre a União, estados, Distrito Federal ou municípios, inclusive suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente, enquanto patrocinadores de planos de benefícios previdenciários, e as entidades de previdência complementar, será regulada por lei ordinária ou medida provisória.
- (E) Seguindo o princípio da proteção ao trabalhador, a Constituição Federal estabelece que as contribuições do empregador e as condições contratuais previstas nos estatutos das entidades de previdência privada integram o contrato de trabalho e compõem a remuneração dos participantes.

64. Analise o seguinte excerto de Konrad Hesse:

Se a Constituição regula, de certa maneira, a competência dos agentes das funções estatais, o órgão de interpretação deve manter-se no marco das funções que lhe são atribuídas. Esse órgão não deverá modificar a distribuição de funções pela forma e resultado dessa interpretação.

(Konrad Hesse, *Série IDP – Temas fundamentais do Direito Constitucional*, 2009, E-book, p. 115)

No trecho em destaque, o autor delinea os contornos de uma das diretrizes clássicas da interpretação constitucional. No mesmo sentido, ao julgar uma medida cautelar na ADI nº 7807/MT, o Supremo Tribunal Federal assim decidiu:

É o que informa o princípio (...), o qual preconiza que a interpretação constitucional não pode subverter o esquema organizacional da Constituição.

Assinale a alternativa que apresenta corretamente o princípio hermenêutico descrito.

- (A) Princípio da unidade da Constituição.
- (B) Princípio do efeito integrador.
- (C) Princípio da máxima efetividade.
- (D) Princípio da justeza, da conformidade, da exatidão ou da correção funcional.
- (E) Princípio da força normativa da Constituição.

65. Considerando o regime jurídico administrativo aplicável aos contratos administrativos, é correto afirmar que as denominadas cláusulas de privilégios
- (A) foram abolidas no direito brasileiro, tendo em vista o princípio da igualdade entre as partes, que importa na regra da imutabilidade dos contratos.
 - (B) são fundamentadas no princípio do Fato do Príncipe, que autoriza medidas sancionatórias ao contratado por parte da Administração.
 - (C) conferem à Administração a prerrogativa de alterar unilateralmente um contrato, prerrogativa esta insindicável ao Poder Judiciário.
 - (D) prevalecem, ao serem acionadas, sobre o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e afastam o direito de indenização do contratado.
 - (E) consistem em vantagens especiais da Administração em virtude de sua posição de supremacia em relação à parte contratada.
66. Suponha que, num processo administrativo regido pela Lei Estadual nº 10.177/1998 (Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual), tenha sido proferida uma decisão que contrariou um Despacho Normativo do Governador do Estado. Nessa situação hipotética, considerando as disposições previstas na referida lei acerca dos recursos administrativos, é correto afirmar que
- (A) a decisão deverá ser impugnada por meio do pedido de reconsideração dirigido ao próprio governador do Estado, no prazo de 15 dias, contados da sua publicação.
 - (B) não surtir qualquer efeito da decisão, por ser totalmente nula, sendo desnecessária a interposição de qualquer recurso, podendo ser desconsiderada pela parte interessada.
 - (C) será competente para conhecer do recurso da decisão a autoridade imediatamente superior àquela que praticou o ato, no prazo de 10 dias, contados da sua publicação.
 - (D) cabe à Procuradoria Geral do Estado recorrer da decisão, de ofício, ou deflagrar o procedimento invalidatório, também de ofício, se já decorrido o prazo recursal.
 - (E) não cabe recurso administrativo dessa decisão, devendo o interessado ajuizar a competente ação judicial para tentar revertê-la.
67. O Regulamento de Contratações e Gestão de Bens e Serviços da PREVCOM prevê a figura do agente de contratação, que é o empregado designado para acompanhar os trâmites do processo de contratação. Na hipótese desse agente ser afastado das suas funções, ele poderá ser substituído por uma Comissão de Contratação, sobre a qual é correto afirmar que
- (A) será composta por, no mínimo, 5 (cinco) membros da PREVCOM, os quais responderão subsidiariamente pelos atos praticados.
 - (B) a sua designação será formalizada por decreto do governador, que deverá indicar agentes de contratação devidamente capacitados.
 - (C) o membro que expressar posição fundamentada em sentido contrário, registrada em ata, não será responsabilizado pelo ato da Comissão.
 - (D) a Comissão de Contratação poderá ser designada em caráter permanente ou especial e terá validade máxima de 2 (dois) anos.
 - (E) funcionará em caráter temporário até que se conclua o procedimento de contratação para o qual for designada, não podendo ser renovada.
68. Assinale a alternativa que está em conformidade com o Regulamento de Investimentos da Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo – PREVCOM.
- (A) O Comitê de Investimentos é o órgão consultivo, responsável por assessorar a Diretoria Executiva na gestão econômico-financeira dos recursos administrados pela SP-PREVCOM, e não tem poder deliberativo.
 - (B) O Comitê Gestor de Plano é um órgão executivo criado para cada plano e, entre suas atribuições relacionadas às atividades de investimentos, estão a tomada de decisão sobre a escolha dos gestores das carteiras terceirizadas.
 - (C) A Diretoria Executiva deve se reunir, no mínimo, semestralmente com o Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal, para atualizá-los sobre o desempenho dos investimentos e do andamento dos processos internos relacionados a gestão de recursos.
 - (D) A Entidade só pode contratar Consultores de Investimentos com Registro CVM, e a responsabilidade pela contratação e atestação dos serviços prestados é do Comitê de Investimentos.
 - (E) O Conselho Consultivo atua como suporte na avaliação de documentos e contratos, podendo auxiliar também em questões legais ou processuais relacionadas aos fundos ou ativos investidos pelos planos administrados pela PREVCOM.

69. Toda pessoa tem direito ao nome, nele compreendidos o prenome e o sobrenome, sendo esse um direito da personalidade.

Acerca do tema, assinale a alternativa correta de acordo com o atual entendimento dos Tribunais Superiores.

- (A) Ainda que seja possível a retificação do registro civil para a alteração de gênero, não é possível a retificação para inclusão de gênero neutro.
- (B) A discrepância entre a assinatura artística e o nome registral consubstancia situação excepcional e motivo justificado à alteração da grafia do apelido de família.
- (C) Não é possível a completa supressão e substituição total do nome registral para adoção de novo sobrenome indígena, sem comprovação de origem autóctone brasileira.
- (D) Não é possível a modificação do nome civil em decorrência do direito à dupla cidadania.
- (E) O transgênero tem direito fundamental subjetivo à alteração de seu prenome e de sua classificação de gênero no registro civil, exigindo-se, para tanto, além da manifestação da sua vontade como indivíduo, a comprovação da cirurgia de mudança de sexo.

70. Maria e Arnaldo firmaram contrato de fornecimento de madeira pelo prazo de 24 meses, pelo qual Maria se obrigou a entregar mensalmente 300 quilos de madeira a Arnaldo, mediante o pagamento de R\$ 100.000,00 por entrega. Após um ano de regular execução do contrato, um incêndio florestal de grandes proporções, totalmente imprevisível, reduziu significativamente a oferta de madeira, elevando de forma significativa o custo de sua obtenção. Mesmo suportando prejuízos, Maria continuou cumprindo o contrato por mais quatro meses, recebendo os valores originalmente pactuados.

Considerando a situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- (A) Aplica-se ao caso o defeito do negócio jurídico chamado lesão, uma vez que Maria se obrigou a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta.
- (B) Maria poderá pedir em juízo a revisão de todas as prestações pagas desde o incêndio florestal, sendo certo que em eventual procedência da ação, os efeitos da sentença retroagirão à data do incêndio.
- (C) Maria não precisará comprovar a imprevisibilidade e o caráter extraordinário dos fatos supervenientes, bastando somente a comprovação de que o incêndio rompeu a base objetiva do contrato.
- (D) Trata-se da aplicação da teoria da imprevisão, teoria objetiva de origem alemã, na qual basta que Maria comprove que o fato gerou extrema vantagem para Arnaldo.
- (E) Maria deverá demonstrar a imprevisibilidade e a extraordinariedade do incêndio, devendo ainda comprovar que o fato gerou extrema vantagem para Arnaldo.

71. Pedro, de 16 anos, produz conteúdo na internet, auferindo renda mensal expressiva, com a qual adquiriu um imóvel residencial. Aos 17 anos, recebeu de seu avô, por doação, um apartamento, sem qualquer restrição. Logo que recebeu o imóvel em doação, os pais de Pedro, alegando dificuldades financeiras decorrentes de tratamento de saúde de sua irmã, venderam o apartamento recebido em doação, bem como ofereceram o imóvel residencial comprado por Pedro em garantia hipotecária.

Diante da situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- (A) Os pais de Pedro são usufrutuários e administradores apenas do apartamento doado a Pedro, uma vez que o imóvel residencial foi comprado com valores auferidos por Pedro no exercício de atividade profissional.
- (B) Os atos são válidos, uma vez que o pai e a mãe, enquanto no exercício do poder familiar, são usufrutuários dos bens de Pedro.
- (C) Os atos são válidos porque os pais têm a administração dos bens dos filhos menores sob sua autoridade e podem alienar os bens quando houver justificativa para tanto.
- (D) Considerando a necessidade evidente da utilização dos bens de Pedro, seus pais podem realizar os atos, independentemente de autorização judicial.
- (E) Caso os atos de alienação sejam inválidos, poderão ser anulados por Pedro, pelo Ministério Público ou por qualquer interessado.

72. No que diz respeito ao sistema de fontes e aos princípios informadores do Direito do Trabalho, assinale a alternativa correta.

- (A) O princípio da norma mais favorável atua como critério de hierarquia, interpretação e aplicação do Direito do Trabalho, permitindo que uma norma hierarquicamente inferior prevaleça sobre uma superior, desde que seja mais benéfica ao trabalhador e não afronte disposições de ordem pública.
- (B) As Convenções Coletivas de Trabalho e os Acordos Coletivos de Trabalho são classificados doutrinariamente como fontes formais heterônomas, uma vez que sua produção jurídica conta com a participação direta dos sindicatos, entes estranhos à relação individual de emprego.
- (C) Em observância ao princípio da primazia da realidade, caso haja divergência entre o conteúdo de um contrato escrito e a forma como a prestação de serviços ocorre no mundo dos fatos, deve prevalecer o documento formal em homenagem ao princípio da segurança jurídica e do *pacta sunt servanda*.
- (D) O princípio da continuidade da relação de emprego gera uma presunção *juris et de jure* (absoluta) de que o contrato de trabalho foi pactuado por tempo indeterminado, cabendo ao empregado o ônus de provar que a contratação se deu por prazo determinado.
- (E) O princípio da condição mais benéfica estabelece que as cláusulas regulamentares podem revogar vantagens anteriormente concedidas aos empregados, desde que a alteração seja comunicada previamente e aplicada de forma isonômica.

73. À luz dos direitos sociais previstos no art. 7º da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.

- (A) O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) é um direito garantido exclusivamente aos trabalhadores urbanos com vínculo de emprego formal, sendo facultativa a sua extensão aos trabalhadores rurais por meio de lei complementar.
- (B) A proteção do salário aplica-se a todos os trabalhadores, não sendo permitida a sua redução, ainda que por convenção ou acordo coletivo.
- (C) É direito dos trabalhadores urbanos e rurais o seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa.
- (D) A jornada de trabalho é fixada em oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, sendo que, para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, a Constituição estabelece o limite de oito horas, salvo negociação coletiva.
- (E) O aviso prévio proporcional ao tempo de serviço é um direito que garante ao trabalhador o mínimo de trinta dias de antecedência, sendo vedada a sua cumulação com a indenização adicional para trabalhadores dispensados no trintídio que antecede a data-base.

74. No que tange às distinções entre relação de trabalho e relação de emprego, bem como aos elementos caracterizadores do vínculo empregatício, assinale a alternativa correta.

- (A) A relação de trabalho é gênero do qual a relação de emprego é espécie. Assim, toda relação de emprego é uma relação de trabalho, mas nem toda relação de trabalho configura uma relação de emprego.
- (B) Para a configuração da relação de emprego, é indispensável a presença concomitante de quatro requisitos: pessoalidade, onerosidade, não eventualidade e exclusividade.
- (C) A subordinação jurídica manifesta-se pelo estado de dependência econômica do trabalhador em relação ao tomador de serviços, sendo o elemento principal para distinguir o empregado do trabalhador autônomo.
- (D) A prestação de serviços por meio de pessoa jurídica, ainda que presentes a subordinação, a pessoalidade e a onerosidade, impede o reconhecimento do vínculo de emprego, em observância ao princípio da livre iniciativa e da autonomia da vontade.
- (E) O requisito da não eventualidade exige que o trabalho seja prestado diariamente, de modo que a prestação de serviços em apenas dois ou três dias da semana descaracteriza, por si só, a relação de emprego, independentemente da natureza da atividade.

75. No que concerne às disposições da CLT sobre o contrato individual de trabalho, assinale a alternativa correta.

- (A) O contrato individual de trabalho é o acordo tácito ou expresso correspondente à relação de emprego, devendo ser obrigatoriamente formalizado por escrito para que tenha validade jurídica, independentemente do prazo de duração.
- (B) A prestação de serviços para mais de um tomador de serviço, por si só, descaracteriza a exclusividade e, consequentemente, impede a configuração do contrato individual de trabalho, ainda que presentes a subordinação e a pessoalidade.
- (C) O contrato individual de trabalho poderá ser intermitente quando a prestação de serviços, com subordinação, não é contínua, ocorrendo com alternância de períodos de prestação de serviços e de inatividade, devendo ser celebrado obrigatoriamente por escrito.
- (D) Considera-se por prazo indeterminado todo contrato que suceder, dentro de 12 (doze) meses, a outro contrato por prazo determinado.
- (E) A anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social constitui prova absoluta (*juris et de jure*) da existência do contrato de trabalho, não admitindo prova em contrário quanto ao tempo de serviço ou salário anotado.

76. No que concerne às causas de suspensão e interrupção do contrato de trabalho, assinale a alternativa correta.

- (A) Na interrupção do contrato de trabalho, o empregado deixa de prestar serviços, mas o período é computado como tempo de serviço e o empregador mantém a obrigação de pagar salários, como ocorre no caso das férias e dos primeiros 15 dias de afastamento por doença.
- (B) A suspensão do contrato de trabalho caracteriza-se pela cessação temporária da prestação de serviços, do pagamento de salários e da contagem do tempo de serviço, sendo o afastamento para o exercício de cargo público eletivo um exemplo clássico de interrupção contratual.
- (C) O período em que o empregado permanece afastado para o cumprimento de encargo público obrigatório, como o serviço militar, é classificado como interrupção do contrato, garantindo-se ao trabalhador o recebimento integral de sua remuneração pelo empregador.
- (D) A participação do empregado em greve, desde que observados os requisitos legais, interrompe o contrato de trabalho, o que impede o pagamento de salários pelos dias de paralisação ou a contagem desse tempo para fins de férias.
- (E) A licença-maternidade é classificada pela doutrina majoritária como causa de suspensão do contrato de trabalho, uma vez que o ônus do pagamento do benefício é da Previdência Social, cessando a obrigação salarial direta do empregador.

77. Nos termos da CLT, assinale a alternativa correta acerca da rescisão do contrato de trabalho.

- (A) No caso de dispensa por justa causa devidamente comprovada, o empregado perde o direito ao recebimento do saldo de salário e das férias vencidas, subsistindo apenas o direito ao saque dos depósitos do FGTS sem a multa de 40%.
- (B) A configuração da justa causa por desídia no desempenho das respectivas funções exige, obrigatoriamente, a prática de um único ato de extrema gravidade que quebre a fidedignidade contratual, sendo dispensável a reiteração de condutas ou a gradação de penalidades.
- (C) O pedido de demissão formulado por empregado com mais de um ano de serviço só será válido quando feito com a assistência do respectivo sindicato ou perante a autoridade do Ministério do Trabalho e Emprego, sob pena de nulidade.
- (D) Na dispensa imotivada, o empregador deve efetuar o pagamento das verbas rescisórias e a entrega dos documentos que comprovem a comunicação da extinção contratual aos órgãos competentes no prazo de até 10 (dez) dias, contados a partir do término do contrato.
- (E) A extinção do contrato de trabalho por acordo entre empregado e empregador garante ao trabalhador o recebimento de metade do aviso prévio, se indenizado, bem como da indenização sobre o FGTS no importe de 20% (vinte por cento), permitindo o saque da totalidade do saldo do fundo e o acesso ao seguro-desemprego.

78. No que diz respeito ao direito coletivo do trabalho, assinale a alternativa correta em observância ao disposto na CLT.

- (A) A Convenção Coletiva de Trabalho é o acordo de caráter normativo pelo qual dois ou mais sindicatos representantes de categorias econômicas estipulam condições de trabalho aplicáveis, no âmbito das respectivas representações, às relações individuais de trabalho.
- (B) As condições estabelecidas em Acordo Coletivo de Trabalho sempre prevalecerão sobre as estipuladas em Convenção Coletiva de Trabalho, independentemente de serem mais ou menos favoráveis ao trabalhador.
- (C) O prazo máximo de vigência de uma Convenção Coletiva ou de um Acordo Coletivo de Trabalho é de quatro anos, sendo permitida a ultratividade das normas caso não haja nova negociação após o término do prazo.
- (D) A inexistência de indicadores de definitividade da composição do conflito coletivo autoriza o Poder Judiciário a fixar cláusulas sobre salários e condições de trabalho, independentemente da vontade das partes.
- (E) É lícito à Convenção Coletiva ou ao Acordo Coletivo de Trabalho pactuar a redução do prazo prescricional para o exercício do direito de ação quanto a créditos resultantes das relações de trabalho, desde que haja compensação financeira.

79. De acordo com a Lei nº 8.212/1991 e os princípios constitucionais que regem a seguridade social no Brasil, assinale a alternativa correta.

- (A) A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa exclusiva dos Poderes Públicos, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.
- (B) O princípio da universalidade da cobertura e do atendimento assegura que todas as pessoas residentes no país tenham acesso irrestrito a todos os benefícios e serviços da seguridade, independentemente de contribuição prévia para qualquer uma de suas vertentes.
- (C) A seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços orientam, respectivamente, a escolha legislativa das contingências sociais a serem protegidas e a redistribuição de renda em favor das populações que mais necessitam de proteção social.
- (D) O princípio da equidade na forma de participação no custeio determina que todos os contribuintes devem recolher valores idênticos para o sistema, garantindo a igualdade formal e a neutralidade tributária da seguridade social.
- (E) O caráter democrático e descentralizado da administração da seguridade social deve ser exercido mediante gestão bipartite, com participação paritária de representantes dos trabalhadores e dos empregadores nos órgãos colegiados.

80. No que concerne ao financiamento da seguridade social, conforme as regras previstas na Lei nº 8.212/1991, assinale a alternativa correta.

- (A) O financiamento da seguridade social é de responsabilidade exclusiva das empresas e dos trabalhadores, mediante o recolhimento de contribuições sociais incidentes sobre a folha de salários e o rendimento do trabalho.
- (B) As propostas orçamentárias anuais da seguridade social serão elaboradas de forma isolada por cada tema: saúde, previdência e assistência social, sendo vedada a consolidação em um orçamento único para preservar a autonomia de cada área.
- (C) A contribuição social a cargo da empresa, destinada à seguridade social, incide exclusivamente sobre a folha de salários, sendo vedada a incidência sobre o faturamento ou o lucro, sob pena de bitributação com o imposto sobre a renda.
- (D) Constituem receitas da seguridade social as multas, a atualização monetária e os juros moratórios incidentes sobre as contribuições sociais, mas não os rendimentos provenientes de aplicações financeiras do patrimônio do sistema.
- (E) A seguridade social será financiada, entre outros, por recursos provenientes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, os quais constarão dos respectivos orçamentos.

81. No que se refere aos segurados da Previdência Social, conforme as categorias e definições estabelecidas na Lei nº 8.212/1991, assinale a alternativa correta.

- (A) O segurado especial é a pessoa física residente no imóvel rural ou em aglomerado urbano ou rural próximo a ele que, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de terceiros, explore atividade agropecuária em área de até 6 (seis) módulos fiscais.
- (B) O servidor público ocupante de cargo em comissão, sem vínculo efetivo com a União, autarquias ou fundações públicas federais, é considerado segurado obrigatório da Previdência Social na categoria de contribuinte individual.
- (C) O trabalhador avulso é aquele que presta serviço de natureza urbana ou rural a diversas empresas, sem vínculo empregatício, com a intermediação obrigatória do sindicato da categoria ou, no caso de trabalho portuário, do órgão gestor de mão de obra.
- (D) O síndico de condomínio, mesmo quando remunerado ou isento do pagamento da taxa condominial, é classificado obrigatoriamente como segurado empregado, devido à subordinação jurídica exercida pela assembleia de condôminos.
- (E) A categoria de segurado facultativo abrange as pessoas físicas que exercem atividade remunerada, mas que optam por contribuir para o Regime Geral de Previdência Social visando a obtenção de benefícios superiores aos oferecidos por regimes próprios.

82. Tendo em vista a Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), assinale a alternativa que apresenta corretamente um direito do titular de dados pessoais, conforme previsto pelo art. 18 da referida legislação.

- (A) Exigir que todos os seus dados sejam eliminados, independentemente da base legal utilizada para o tratamento.
- (B) Solicitar a confirmação da existência de tratamento de dados pessoais e o acesso a eles.
- (C) Impedir qualquer compartilhamento de dados com órgãos públicos.
- (D) Solicitar junto ao encarregado de dados o acesso aos dados pessoais de cônjuges.
- (E) Solicitar a portabilidade dos dados pessoais para outro fornecedor, que deve ser atendido em até 72 horas, conforme previsto pela LGPD.

83. Segundo a Lei nº 12.965/2014, conhecida como Marco Civil da Internet, o acesso à internet é essencial para o exercício da cidadania, conforme previsto pelo art. 7. Entretanto, esse acesso deve ocorrer de forma livre e responsável. Nesse sentido, assinale a alternativa que reúne corretamente alguns dos direitos e deveres do usuário de internet.

- (A) O direito irrestrito à liberdade de expressão e manutenção do anonimato, conforme previsto também pela Constituição Federal de 1988.
- (B) A exclusão imediata de todos os registros de conexão, ainda que haja dever legal de guarda.
- (C) A suspensão de conexão à internet em razão de atraso superior a 10 dias no pagamento da fatura, independentemente de prévia notificação.
- (D) A inviolabilidade e o sigilo de suas comunicações privadas armazenadas, salvo por ordem judicial.
- (E) A transferência de dados pessoais para terceiros, mediante consentimento tácito do usuário, desde que não haja prejuízo à sua privacidade.

84. O Diretor-Presidente da Prevcom participará de reunião destinada a discutir a atuação, na condução dos trabalhos do Conselho Deliberativo, de dois de seus membros. Segundo relato das áreas técnicas da entidade, esses conselheiros têm apresentado fundamentações técnicas excessivamente detalhadas para justificar a aprovação das propostas submetidas ao colegiado, especialmente em matérias relacionadas à política de investimentos, o que, na avaliação dessas áreas, tem dificultado o andamento regular dos trabalhos e comprometido a maximização dos resultados da entidade. Para preparar-se para a reunião, o Diretor-Presidente solicitou a um analista jurídico a elaboração de um quadro sintético contendo os principais aspectos do regime jurídico e do funcionamento do Conselho Deliberativo, com base na Lei Complementar nº 108/2001.

Considerando a situação hipotética descrita e o disposto na referida Lei Complementar, é correto afirmar:

- (A) os membros do Conselho Deliberativo podem ser destituídos do cargo, pela Diretoria Executiva, caso haja justo motivo.
- (B) na condição de órgão de controle interno da entidade, o Conselho Deliberativo não possui competência para deliberar sobre política de investimentos de entidade fechada de previdência complementar.
- (C) os membros do conselho deliberativo não possuem estabilidade, podendo, portanto, ser destituídos *ad nutum* se representantes do patrocinador.
- (D) uma das hipóteses de afastamento de membro do conselho deliberativo é a instauração de processo administrativo disciplinar, hipótese em que o conselheiro terá prorrogado o seu mandato pelo período em que esteve afastado, caso absolvido no processo.
- (E) os membros do conselho deliberativo possuem estabilidade, somente podendo perder o mandato em virtude de renúncia, condenação judicial transitada em julgado ou processo administrativo disciplinar.

85. A Prevcom pretende renovar o contrato de seguro oferecido aos participantes e assistidos de um de seus planos de benefícios. Para tanto, a sociedade seguradora encaminhou minuta do novo contrato, que será submetida à deliberação dos órgãos competentes da entidade. Antes da deliberação, o documento foi encaminhado a um analista jurídico para exame de sua conformidade com a Resolução Previc nº 23/2023.

Com base na referida Resolução, o analista deverá considerar correta

- (A) cláusula que preveja o pagamento de indenização em parcela única ou na forma de renda continuada para os casos de invalidez de participante ou morte de participante ou assistido.
- (B) a fixação do prazo de vigência contratual de forma indeterminada.
- (C) cláusula que exclua a previsão de pagamento das rendas contratadas junto à sociedade seguradora, no caso de rescisão ou não renovação do contrato.
- (D) cláusula autorizando a seguradora a recusar a cobertura do segurado pelos sinistros previstos no contrato, na hipótese de o patrocinador suspender o pagamento de suas contribuições.
- (E) cláusula que dispense a aprovação prévia de estudo técnico demonstrando a viabilidade econômico-financeira de cada benefício, caso a seguradora possua higidez financeira, atestada por entidade de auditoria independente.

86. A respeito do regime da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual, com base na Lei Complementar nº 101/2000, assinale a alternativa correta.

- (A) A Lei Orçamentária Anual poderá conter estimativa global de incentivos e benefícios de natureza tributária, e a definição das diretrizes para a sua redução progressiva.
- (B) Cabe à Lei de Diretrizes Orçamentárias dispor sobre o equilíbrio entre receitas e despesas, bem como estabelecer critérios e formas de limitação de empenho.
- (C) O Anexo de Riscos Fiscais, que acompanhará a Lei Orçamentária Anual, conterá a avaliação dos passivos contingentes e de outros riscos capazes de afetar as contas públicas.
- (D) As despesas relativas à dívida pública, ressalvados os encargos moratórios, constarão da Lei Orçamentária Anual.
- (E) O Anexo de Riscos Fiscais, que acompanhará a Lei de Diretrizes Orçamentárias, deverá conter a avaliação financeira e atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos.

87. Pedro ajuizou ação contra Carlos requerendo a resolução de contrato de compra e venda de um imóvel alegando inadimplemento. Em contestação, Carlos apresentou reconvenção, em conjunto com Marcelo, que também figurava como parte na mesma relação jurídica material, requerendo a restituição das parcelas pagas e indenização pelas benfeitorias necessárias realizadas no imóvel.

De acordo com o atual entendimento do Superior Tribunal de Justiça e considerando a situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- (A) A reconvenção não poderia ter sido proposta por Carlos em litisconsórcio com Marcelo.
- (B) A ampliação na reconvenção poderia ser apenas objetiva.
- (C) A ampliação na reconvenção poderia ser apenas subjetiva.
- (D) A reconvenção, nesse caso, modificou o polo passivo da ação principal.
- (E) Em relação à ação de resolução do contrato, Marcelo continua sendo apenas terceiro.

88. De acordo com o atual entendimento do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa que corresponde a um dos requisitos cumulativos necessários para a adoção judicial dos meios executivos atípicos para o cumprimento de sentença de execução cível.

- (A) A adoção de meios executivos atípicos pressupõe o prévio esgotamento de todos os meios executivos típicos previstos no Código de Processo Civil.
- (B) A adoção de meios executivos atípicos exige que a decisão judicial contenha fundamentação adequada às especificidades do caso concreto.
- (C) As medidas executivas atípicas somente podem ser determinadas em execução fundada em título executivo judicial, sendo vedada sua utilização na execução de título extrajudicial.
- (D) A imposição de medidas executivas atípicas pode ocorrer sempre que a efetividade da execução prevalecer sobre a menor onerosidade do executado, dispensada a ponderação entre esses princípios.
- (E) As medidas executivas atípicas somente podem ser determinadas quando demonstrada a ocultação dolosa de bens pelo executado.

89. Heitor alugou seu imóvel para Diego, estabelecendo que o pagamento seria realizado mensalmente por meio de dinheiro em espécie. Após sucessivas recusas injustificadas de Heitor em receber os aluguéis, Diego realizou depósito bancário da prestação vencida, notificando Heitor na forma da lei, que manifestou recusa expressa ao depósito. Dentro do prazo legal, Diego ajuizou ação de consignação em pagamento, instruindo a petição inicial com a prova do depósito e da recusa. No curso do processo, continuou depositando as prestações vincendas cinco dias após cada vencimento. Devidamente citado, Heitor, em contestação, alegou exclusivamente que o depósito inicial era insuficiente, indicando o valor que entendia devido. Intimado, Diego complementou o depósito no prazo legal.

Diante da situação hipotética, considerando o disposto no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

- (A) Poderá Heitor levantar, desde logo, a quantia depositada, prosseguindo o processo quanto à parcela controvertida.
- (B) A complementação do depósito impede o levantamento, por Heitor, dos valores já depositados até o trânsito em julgado da sentença.
- (C) O prosseguimento dos depósitos das prestações sucessivas somente seria admitido mediante o ajuizamento de nova ação para cada prestação vencida após a citação.
- (D) Ainda que Diego complemente o depósito, a alegação de insuficiência impede qualquer liberação parcial da obrigação até o julgamento definitivo da ação.
- (E) Uma vez manifestada a recusa ao depósito extrajudicial, o ajuizamento da ação de consignação poderá ocorrer a qualquer tempo, permanecendo eficaz o depósito bancário enquanto não houver levantamento pelo depositante.

90. Camila ajuizou ação de indenização por danos materiais e morais contra Bia em razão de um acidente de trânsito. A sentença julgou procedente o pedido de indenização por danos materiais, mas rejeitou o pedido de danos morais. Ambas as partes interpuseram apelação. Ao julgar os recursos, o Tribunal de Justiça manteve a condenação por danos materiais e anulou a sentença apenas quanto ao pedido de danos morais, determinando o retorno dos autos ao juízo de origem para a complementação da instrução probatória.

Considerando a situação hipotética, de acordo com o atual entendimento do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar:

- (A) a teoria da causa madura somente autoriza o julgamento integral do mérito pelo Tribunal, sendo vedada a cassação parcial da sentença para prosseguimento da instrução em primeiro grau.
- (B) verificada a necessidade de complementação da instrução probatória em grau recursal, o Tribunal deve determinar a realização da prova perante o próprio órgão *ad quem*, sendo vedado o retorno dos autos ao juízo de origem.
- (C) o Tribunal deveria anular integralmente a sentença, uma vez que a necessidade de complementação da instrução probatória em relação a um dos pedidos impede o julgamento dos recursos.
- (D) o Tribunal poderia manter o julgamento do pedido de danos materiais e cassar apenas o capítulo da sentença referente aos danos morais, determinando o retorno dos autos ao primeiro grau exclusivamente quanto a esse pedido, desde que os pedidos sejam autônomos e apenas um deles demande complementação da instrução.
- (E) a técnica do julgamento antecipado parcial do mérito é autorizada apenas em primeiro grau, não havendo previsão para a sua utilização em grau recursal.

91. São filiados ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS) os

- (A) servidores públicos titulares de cargo efetivo em agências reguladoras estaduais, na qualidade de segurados facultativos.
- (B) servidores públicos ocupantes, exclusivamente, de cargo em comissão em universidades federais, na qualidade de segurados obrigatórios.
- (C) policiais militares, na qualidade de segurados obrigatórios.
- (D) servidores públicos titulares de cargo efetivo afastados para exercer mandato sindical, na qualidade de segurados facultativos.
- (E) servidores públicos titulares de cargo efetivo afastados para exercer mandato eletivo, na qualidade de segurados facultativos.

92. A filiação ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS) verifica-se, quanto aos

- (A) empregados domésticos, no momento da inscrição formal no RGPS, independentemente do recolhimento de contribuições.
- (B) trabalhadores autônomos, no momento da inscrição formal no RGPS, independentemente do início da atividade remunerada.
- (C) trabalhadores avulsos, no momento da inscrição formal no RGPS, independentemente do recolhimento de contribuições.
- (D) empregados em geral, no momento em que tem início o exercício da atividade remunerada, independentemente da inscrição formal no RGPS.
- (E) profissionais liberais, no momento em que tem início o exercício da atividade remunerada, desde que haja recolhimento de contribuições por três meses consecutivos.

93. No mês de dezembro de 2025, empregada contratada por uma grande rede de lojas recebeu, além do salário habitual, as seguintes parcelas: décimo terceiro, férias, diárias por viagem, ajuda de custo decorrente de mudança de local de trabalho e participação nos lucros.

Considerando esses dados, é correto afirmar que incidirá contribuição previdenciária sobre

- (A) décimo terceiro, férias, diárias por viagem, ajuda de custo e participação nos lucros.
- (B) décimo terceiro, férias e participação nos lucros, apenas.
- (C) décimo terceiro e participação nos lucros, apenas.
- (D) décimo terceiro e férias, apenas.
- (E) nenhuma dessas parcelas.

94. Joaquim, bancário de 55 anos de idade, ficou desempregado por mais de três anos até que, em 15 de junho de 2025, foi contratado por instituição de crédito, nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho. Infelizmente, aos 14 de junho de 2026, Joaquim faleceu em decorrência de problemas cardíacos, deixando Sandra, a esposa, de 30 anos, e dois filhos, Clara e Roberto, de 5 e 26 anos, respectivamente.

Nessas condições, é correto afirmar que

- (A) Sandra, Clara e Roberto não fazem jus à pensão por morte, por descumprimento da carência de 12 contribuições mensais.
- (B) Sandra, Clara e Roberto fazem jus à pensão por morte, pois a carência de 6 contribuições mensais foi cumprida.
- (C) Sandra, Clara e Roberto fazem jus à pensão por morte, benefício cuja concessão não se submete à carência.
- (D) Sandra e Clara fazem jus à pensão por morte, pois a carência de 6 contribuições mensais foi cumprida.
- (E) Sandra e Clara fazem jus à pensão por morte, benefício cuja concessão não se submete à carência.

95. Numa situação hipotética em que a perícia médica inicial conclui pela existência de incapacidade total e definitiva do segurado empregado para o trabalho, é juridicamente viável supor que a aposentadoria por invalidez será devida a contar do

- (A) dia do início da incapacidade.
- (B) décimo sexto dia do afastamento da atividade.
- (C) dia da notificação do empregador.
- (D) dia imediato ao da cessação do auxílio-doença.
- (E) dia em que exarado o laudo médico oficial.

96. O auxílio por incapacidade temporária

- (A) é devido ao segurado que, havendo cumprido, quando for o caso, o período de carência exigido, ficar incapacitado para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual por mais de 15 (quinze) dias consecutivos ou interpolados.
- (B) é devido, ao segurado empregado, a contar do décimo sexto dia do afastamento da atividade, e, no caso dos demais segurados, a contar da data do requerimento.
- (C) consistirá numa renda mensal correspondente a 91% (noventa e um por cento) do salário de benefício.
- (D) não será devido para o segurado em cumprimento de pena nos regimes semiaberto ou fechado.
- (E) não será devido ao segurado que se filiar ao Regime Geral de Previdência Social já portador da doença, ainda que a incapacidade sobrevier por motivo de agravamento da doença.

97. Carlos, empregado filiado ao Regime Geral de Previdência, faleceu em 17 de dezembro de 2020, legando pensão à esposa, Maria de Lurdes, e ao filho, Leonardo, então com 16 anos de idade. Em 15 de novembro de 2025, Leonardo completou 21 anos e Maria de Lurdes contraiu matrimônio com Eduardo.

Com base nesses dados, é correto afirmar que nessa data

- (A) Maria de Lurdes e Leonardo deixaram de fazer jus ao benefício.
- (B) apenas Maria de Lurdes deixou de fazer jus ao benefício.
- (C) apenas Leonardo deixou de fazer jus ao benefício.
- (D) Maria de Lurdes e Leonardo continuam a fazer jus ao benefício vitalício.
- (E) Maria de Lurdes e Leonardo farão jus ao benefício por apenas mais cinco anos.

98. De acordo com a Constituição da República, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, por lei de iniciativa do respectivo Poder Executivo, regime de previdência complementar para servidores públicos ocupantes de cargo efetivo.

Esse regime

- (A) oferecerá plano de benefícios somente na modalidade de contribuição definida.
- (B) será efetivado somente por intermédio de entidade fechada de previdência complementar.
- (C) será efetivado somente por intermédio de entidade aberta de previdência complementar.
- (D) oferecerá plano de benefícios somente na modalidade de benefício definido.
- (E) oferecerá plano de benefícios somente na modalidade de contribuição variável.

99. Em relação ao regime de previdência privada de caráter complementar, é correto afirmar que

- (A) é vedado o aporte de recursos a entidade de previdência privada pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e outras entidades públicas, salvo na qualidade de patrocinador.
- (B) as contribuições do empregador, os benefícios e as condições contratuais previstas nos estatutos, regulamentos e planos de benefícios das entidades de previdência privada integram o contrato de trabalho dos participantes.
- (C) será facultativo ou compulsório, a depender da espécie de entidade que o instituir, e terá por base a constituição de reservas que garantam o benefício contratado.
- (D) os reajustes dos benefícios em manutenção serão efetuados de acordo com critérios estabelecidos nos regulamentos dos planos de benefícios, sendo devido o repasse de ganhos de produtividade, abono e vantagens de qualquer natureza para tais benefícios.
- (E) se exige carência mínima de 36 (trinta e seis) contribuições mensais a plano de benefícios e cessação do vínculo com o patrocinador, para se tornar elegível a um benefício de prestação que seja programada e continuada.

100. A respeito do custeio do regime de previdência complementar, é correto afirmar que

- (A) o custeio do plano de benefícios será responsabilidade do patrocinador e dos participantes, exceto quando assistidos.
- (B) a contribuição normal do patrocinador para plano de benefícios, em hipótese alguma, excederá a do participante.
- (C) a despesa administrativa da entidade de previdência complementar será custeada exclusivamente pelo patrocinador, atendendo a limites e critérios estabelecidos pelo órgão regulador e fiscalizador.
- (D) além das contribuições normais, os planos poderão prever o aporte de recursos pelos participantes, a título de contribuição facultativa, desde que haja contrapartida do patrocinador.
- (E) além das contribuições normais, os planos poderão prever o aporte de recursos pelos participantes, a título de contribuição obrigatória, sem contrapartida do patrocinador.

